



# Anais da Assembléia

N.99

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE SETEMBRO DE 1986.

ANO XII

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 83.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1986

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Erondy Silvério.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Fuad Nacli, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Péricles Pacheco, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Werner Wanderer (31). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Donato Gulin, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu França e Wilson Fortes (27).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dada preferência de votação ao Projeto de Lei

n. 158/86, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 16.09.86.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo e PMDB

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor LOURIVAL RAUEN, ocorrido no último dia 03 na cidade de PARANAVAÍ.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.09.86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

O passamento do Doutor Lourival Rauen veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de toda a comunidade da região.

Ao longo de sua existência as pessoas ou passam e desaparecem sem deixar marcas na memória dos outros ou marcam profundamente sua passagem pelas realizações de grandes feitos por característica pessoal de bom relacionamento com sua comunidade.

Deixando viúva Dona Eugênia Araújo Rauen, seis filhos e vários netos.

Desaparece aos 66 anos de idade o Doutor Lourival Rauen, Presidente do Sindicato Rural Patronal de Paranavaí por 13 anos, ex-2.<sup>o</sup> Tesoureiro da Federação da Agricultura Paranaense, ex-membro do Conselho Fiscal do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (I.T.C.F.), fundador do Paranavaí Tênis Club, do Rotary Club de Paranavaí, além de inúmeras entidades de Assistência Social.

Doutor Lourival, a vida privou seus familiares do seu convívio, nos corações dos amigos, sua eterna presença!

A Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a família do Doutor Lourival Rauen, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com base nas disposições constitucionais que regulam a matéria, REQUER à consideração do Plenário desta Casa que a Assembléia Legislativa proceda à devolução, ao Tribunal

de Contas do Estado do Paraná, do balanço geral constituído das contas da administração Direta e Indireta do Governo do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 1984, constituído de oito volumes, a fim de que aquela corte efetue uma reanálise dos documentos constituintes da prestação de contas bem como das instruções, relatórios e pareceres sobre elas emitidos, tendo em vista a constatação de erros de apreciação e da flagrante inconstitucionalidade e ilegalidade dos procedimentos na execução orçamentária daquele exercício.

Faço este requerimento com base nas constatações que fiz ao analisar todo o processo montado para atender ao que preceituam as Constituições Federal e Estadual e a Lei Federal n. 4.320, processo esse que passou a ser constituído pelos oito volumes da prestação de contas propriamente dita e das instruções, relatórios e pareceres sobre ela exarados.

Nas considerações finais do voto em separado que também estou encaminhando hoje a esta Casa, pela desaprovação das referidas contas, aponto algumas das graves irregularidades constatadas em todo esse processo, irregularidades de tal monta e de tamanha gravidade que impossibilitam a sua convalidação por este Poder, sob pena de ele derogar a sua própria competência como órgão do Estado incumbido da elaboração das leis e da fiscalização dos atos da administração pública.

Essas considerações finais sintetizam o que está amplamente analisado e exposto ao longo de todas as considerações que fiz ao analisar detida e meticulosamente a matéria e que passo a expor de modo resumido, para que o Senhor Presidente e os nobres Senhores Deputados tomem conhecimento da enormidade das irregularidades existentes.

No relatório do Conselheiro Olivir Gabbardo, designado para elaborar o parecer prévio, constatam-se inexatas demonstrações da receita e da despesa e do montante dos créditos adicionais abertos no exercício financeiro de 1984.

Há, também, inexata demonstração da evolução da dívida fundada do Estado, no relatório do Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, como inexata também é a demonstração da dívida fundada na Instrução 040/85, da Diretoria Geral de Controle.

Há excessiva liberalidade no Parecer da Diretoria Técnico-Jurídica do TC, que desculpou as inconstitucionalidades e ilegalidades praticadas em face da complexidade da matéria tratada, como se o Estado não dispusesse de quadros capazes de realizar o que é rotineiro na administração pública, que é a execução do orçamento.

O Volume VI da Prestação de Contas é totalmente inepto como demonstrativo das alterações orçamentárias procedidas no decorrer do exercício de 1984, por não incluir todas as leis autorizatórias e decretos de abertura de créditos adicionais. Ao editar os decretos para a abertura desses créditos o Governador do Estado infringiu seriamente dispositivos constitucionais e legais, extrapolando os limites que lhe eram permitidos.

Finalmente, chamo a atenção para os procedimentos inconstitucionais e ilegais na execução orçamentária, com transgressão aos preceitos estabelecidos no artigo 60, da Constituição Federal, artigos 32 e 33, da Constituição Estadual, nos artigos 40 a 46, 85, 92 e 93, da Lei Federal n. 4.320, de dispositivos da Lei Federal n. 6.404 e à própria lei do orçamento para aquele exercício financeiro do ano de 1984.

Os fatos são gravíssimos, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Creio no bom senso dos homens investidos da responsabilidade de representar o povo deste Estado, de defender os seus interesses, de, em nome dele, fiscalizar a atuação governamental, evitando que ela se desmande, transgrida a lei, exacerbe os poderes e descambe para a tirania ao impor o seu arbítrio sobre tudo e sobre todos.

Essas contas que o Governador José Richa remeteu a este Poder não podem e não devem ser aprovadas, pois isso significaria a submissão total desta Casa de Leis ao império do arbítrio e o referendo ao ilegal e ao inconstitucional, o que é impossível.

Sala das Sessões, em 16.09.86.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA  
Líder do PDS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de liberar a implantação de um consultório dentário no posto de saúde do Município de Missal-PR.

Sala das Sessões, em 16.09.86.

(a) WERNER WANDERER.

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que o tratamento odontológico é importante na área da saúde, a vereadora Irani T. Giehl do Município de Missal-PR, apresentou requerimento solicitando a implantação de um consultório odontológico no posto de saúde local, fa-

vorecendo deste modo a população carente. O alto custo do tratamento dentário e a falta de outros recursos dos menos favorecidos, faz com que negligenciem este importante aspecto da saúde, ficando deste modo à margem deste benefício.

Aguarda-se dessa Secretaria a urgente implantação do mesmo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORG HERWIG, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o recapeamento da BR-182, que liga o município de DIAMANTE DO NORTE passando por ITAÚNA DO SUL a NOVA LONDRINA, e ainda, o alargamento da curva existente na entrada para o bairro do Azimare, município de Itaúna do Sul.

Sala das Sessões, em 16.09.86.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

O constante tráfego de veículos de grande porte, principalmente à época da comercialização da grande safra agrícola colhida na região Noroeste do Estado, especialmente por ocasião da colheita do arroz irrigado, cujo detentor do título de maior produtor do Estado é o município de DIAMANTE DO NORTE, requer estradas em perfeitas condições para comportar esse grande fluxo de veículos.

As próprias características do transporte que ali predomina, justifica o desgaste da camada asfáltica, bem como a permanente necessidade de recapeamento.

Quanto ao alargamento da curva citada, é mister que tal obra venha a ser executada, de vez que as manobras exigidas pelos veículos, em sua maioria carretas, tornam-se quase inviáveis devido à exiguidade do espaço, fato este que, além de tumultuar o trânsito, favorece a ocorrência de acidentes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Arlete Richa, Superintendente da L.B.A. no Paraná, solicitando a instalação de um núcleo para a cidade de Missal.

Sala das Sessões, em 16.09.86.

(a) WERNER WANDERER.

#### JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Vereadora Irani Terezinha Giehl, vê a presente solicitação de

grande importância para o município.

Considerando que a localidade não conta ainda com uma entidade assistencial capaz de minorar os problemas da população já se trata de necessidade a presença de Núcleo da L.B.A., pois atenderá: clube de mães, amparo e auxílio aos idosos, menores carentes, etc. dando desta forma atendimento melhor na área de assistência social em geral.

Por isto, esperamos contar com o apoio dos Parlamentares na aprovação deste, para que Missal seja merecedor deste importante órgão assistencial.

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 65/86  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art.1º- Fica assegurada a percepção do benefício pelo artigo 4º da Resolução n. 2/64, de 20 de fevereiro de 1964, aos funcionários que tiverem, no Poder Legislativo, serviço público contado para todos os efeitos legais e compreendido no período com direitos ressaltados pelo artigo 5º, da Resolução n. 5/69, de 28 de abril de 1969.

Art.2º- Os benefícios financeiros não terão caráter retroativo, prevalecendo a partir da aprovação desta Resolução.

Art.3º- As despesas correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Legislativo Estadual.

Art.4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 16.09.86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução visa estabelecer uma equidade entre os funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O triênio era benefício que, quando de sua implantação, atingia a todos os funcionários dessa Casa de Leis.

Posteriormente, ao ser revogado e, após algum tempo, novamente implantado, criou-se um hiato que causou a exclusão de cerca de 14 (quatorze) funcionários desse benefício.

Assim, entendendo ser de justiça a adoção de medidas que restabeleçam a plena igualdade de direitos entre o funcionalismo dessa Assembléia Legislativa, é que apresentamos o projeto de resolução em questão.

Para tanto, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares.

## Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 212/86  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art.1º.- Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA EUCATUR CASCAVEL COUNTRY CLUB", com sede e foro na Cidade de Cascavel.

Art.2º.- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.09.86.

(a) MÁRIO PEREIRA.

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Não há expediente a ser lido.

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

Passaremos ao Horário das Lideranças.

Consulto ao Partido da Frente Liberal, se quer fazer uso do Horário que lhe é reservado. (Declina).

Havendo declinado, consulto ao Partido Democrata Trabalhista. (Declina).

Havendo declinado, consulto ao Partido Trabalhista Brasileiro. (Declina).

Havendo declinado, consulto o Partido Comunista Brasileiro. (Pausa).

Não se encontra presente.

Consulto ao Partido Libertador. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Democrático Social. (Declina).

E por último, consulto ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. (Declina).

Declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA:

com a presença de 31 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 158/86, constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei n. 158/86, acima aprovado:

## EM VOTAÇÃO

1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 158/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 82/86), que objetiva dar nova redação ao art.11 e seus incisos e parágrafos, da Lei n. 7.424, de 17.12.80, que versa sobre o Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 145/85, que declara de Utilidade Pública o CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO "MADRE RAFAELA YBARRA", com sede e foro no Município de Marialva. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 188/85, que declara de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA INDEPENDÊNCIA", com sede e foro em Cornélio Procopio. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 52/86, objetivando introduzir a alteração à Lei n. 7.827, de 29.12.83, que dispõe sobre a distribuição e comercialização, no Estado do Paraná, de produtos agrotóxicos e outros biocidas. Em discussão.

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara)- Tão logo este projeto esteja em votação, eu aceito o pedido de Vossa Excelência.

Em votação o Projeto de Lei n. 52/86.

Os Senhores Deputados que estiverem de acordo, conservem-se como estão a fim de que possamos dar atendimento ao requerimento do Deputado Fuad Nacli de verificação de votação.

Os Senhores Deputados que estiverem de acordo com a Votação Final do Projeto de Lei 52/86, queiram levantar-se.

O SR.NESTOR BAPTISTA -(Pela Ordem) - Eu solicito chamada nominal.

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara)- Eu solicito do Senhor 1º Secretário, chamada nominal, dos Senhores Deputados.

O Senhor 1º Secretário procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara)- Vinte e sete Senhores Deputados responderam a chamada.

Há "quorum" apenas para prosseguirmos a sessão, sem no entanto, votarmos a matéria constante na Ordem do Dia da sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Doutor Lourival Rauen, ocorrido no dia 03 de setembro do corrente ano, no Município de Paranavaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Squarezzi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o recapeamento da BR-182, que liga o Município de Diamante do Norte, passando por Itaúna do Sul a Nova Londrina, bem como o alargamento da curva existente na entrada para o Bairro do Aximare, no Município de Itaúna do Sul. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de um consultório dentário, no posto de saúde do Município de Missal. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Superintendente da L.B.A., no Paraná, encarecendo a instalação de um Núcleo para o Município de Missal. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando a devolução, ao Tribunal de Contas do Estado, da prestação de contas do Senhor ex-Governador José Richa, relativas ao exercício de 1984. Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 52/86, 76/86, 79/86, 88/86.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 108/86 e 170/86.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 47/86, 48/86, 49/86, 50/86 e 51/86.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 383/84, 146/85, 280/85, 304/85, 56/86, 101/86 e 139/86.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 184/86 e dos Projetos de Resolução n. 54/86, 55/86, 56/86, 57/86.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 308/85 e 158/86.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 129/86, 140/86.

Levanta-se a sessão.